

Ano 12, Vol XXIV, Número 2, jul-dez, 2019, Pág. 655-672.

## GRÊMIO ESTUDANTIL: A ESCOLA COMO ENRIQUECEDORA NA FORMAÇÃO DE ADOLESCENTES POLÍTICOS

Felipe de Souza Barbeiro  
Isadora Nicastro Salvador  
Solange Maria Beggiato Mezzaroba

**Resumo:** A participação de estudantes em movimentos políticos foi bastante importante para a conquista de direitos, sendo o grêmio estudantil um exemplo dessa organização. Esse espaço possibilita debate dos interesses dos estudantes, além de promover consciência de seus direitos e a vivência de cidadania e democracia. Várias lutas aconteceram na história até o estabelecimento da lei que garante esse órgão nas escolas. Este artigo relata o protagonismo de estudantes pertencentes ao grêmio de uma escola pública de um estado brasileiro, a partir das considerações de estagiários de Psicologia que acompanharam as movimentações nessa instituição. O período foi marcado no estado e no país por greves e manifestações, que foram consideradas na discussão.

**Palavras-chave:** Adolescência, cidadania, grêmio estudantil, protagonismo estudantil, psicologia escolar

**Abstract:** The participation of students in political movements was very important for the conquest of rights, and the student council is an example of this organization. This space allows debate students' interests, besides promoting awareness of their rights and the experience of citizenship and democracy. Several struggles took place in history until the establishment of the law that guarantees this institution in schools. This article reports the protagonism of students from the student council of a public school of a Brazilian state, from the considerations of Psychology trainees that followed up the movements in this institution. The period was marked in the state and in the country by strikes and demonstrations, which were used in the discussion.

**Keywords:** Adolescence, citizenship, student council, student protagonism, school psychology

## Introdução

No decorrer da história, a participação dos jovens nos movimentos sociopolíticos foi de grande relevância. No Brasil, em um contexto de ditadura, que durou de 1964 a 1989, a juventude que lutava pela redemocratização e liberdade de expressão foi obrigada a se movimentar às escuras, pois o governo militar anulava a autonomia não somente dos movimentos estudantis, mas de qualquer forma de expressão de liberdade e exposição de ideias contrárias às estabelecidas na época (ANTUNES & RIDENTI, 2007). As artes foram censuradas, teatros e músicas foram impedidos de comunicar o que era almejado pelo eu-lírico: a massa era manipulada e oprimida.

Mesmo na clandestinidade, tendo seus membros presos, torturados, exilados e até mesmo mortos, os estudantes continuaram na luta pela democracia, sendo protagonistas em diversos movimentos para o restabelecimento do estado de direito, como as Diretas Já e os Caras Pintadas (OLIVEIRA & MARINHO, 2012; QUINTÃO, 2010).

Após quase vinte anos, a ditadura não mais conseguia manter seus mecanismos de pressão e os movimentos, visando reconstituir o estado democrático de direito, cresciam junto a uma parcela da sociedade. Segundo Oliveira (2009), com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, houve estratégias de políticas que pretendiam atender grupos de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Quanto à educação, a autora cita novos programas que, em parceria com os governos municipais e estaduais, buscaram melhorar a qualidade de ensino no Brasil.

Os movimentos sociais são imprescindíveis para construção de saberes. Com participação de outros grupos, o processo de mudança social é enriquecido e facilitado. Diversas formas de organizar são assumidas tornando públicas as demandas da sociedade que os movimentos representam. Atualmente, a internet facilita, pelas redes sociais, a organização de atos desses movimentos (GOHN, 2011).

Dessa forma, as características do protagonismo sociopolítico da juventude se destacam pelo uso da linguagem e cultura. O ser jovem está relacionado à forma de falar, agir e manifestar-se, sendo abastecido por elementos de diferentes contextos

sociais nos quais se envolve e, conseqüentemente, é afetado. É, portanto, um produtor criativo de significados e um agente de mudança (ZAIDAN FILHO, 2008).

Para que se pudesse, atualmente, ter a possibilidade de um grêmio estudantil na escola, muitos processos históricos tiveram que acontecer. A implantação da UNE (União Nacional de Estudantes) se deu em 1937, com a organização de congressos anuais e com a busca de articulação com outros movimentos progressistas que aconteciam naquele período. Muitos desafios foram enfrentados e continuam defendendo bandeiras como: “software livre, inclusão digital, meio ambiente, segurança pública e o protagonismo positivo do Brasil, enquanto nação emergente, no novo cenário mundial” (UNE, 2017).

A organização dos estudantes foi significativa em diversas lutas e várias conquistas foram alcançadas, mas, somente em 1985, foi promulgada a lei que assegurava formalmente os movimentos estudantis. A lei permitiu que manifestações e organizações deste segmento deixassem de ser uma atividade proibida e passível de punição quando ocorressem (BRASIL, 1985; UNE, 2017).

A lei não explicita uma finalidade de autonomia representativa pela qual os próprios movimentos estudantis construíram sua história, a política. A própria definição de grêmio estudantil até hoje acompanha o que é descrito nela: “O grêmio é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais” (PARANÁ, 2017). Mesmo não deixando claro este fim, o grêmio estudantil é o órgão máximo que representa os estudantes na escola, um contexto propício para desenvolver a defesa pelos direitos, a consciência dos deveres e o exercício da ética e da cidadania, questões necessárias para vivência da democracia no âmbito escolar.

Não podemos esquecer que a escola está inserida em um contexto sociopolítico e, assim, o grêmio estudantil também faz parte dessa conjuntura. Neste campo, sua atuação com a comunidade e também o seu envolvimento político no cenário municipal, estadual ou nacional são de grande relevância.

No estado do Paraná, um documento de janeiro 1995, assinado pelo então governador Jaime Lerner, assegura que estabelecimentos de Ensinos Fundamental e Médio, sejam eles públicos ou privados, representem os interesses dos alunos a partir da

organização de grêmios estudantis. São garantidos espaços para as atividades da agremiação (PARANÁ, 1995).

Há também a Lei n.º 12.852/2013, do governo de Dilma Rousseff, que dispõe sobre os direitos e princípios dos jovens, entre eles: a promoção da autonomia, da emancipação, da criatividade, do desenvolvimento, da cultura de paz, da não discriminação e da participação no desenvolvimento do país, além de valorizar o diálogo do jovem com as demais gerações (BRASIL, 2013).

De acordo com a lei, a promoção da autonomia é direito do jovem. Freitas (2002) lembra sobre o desenvolvimento humano do ponto de vista de Piaget, em que as crianças primeiramente são totalmente dependentes dos pais e familiares para suas decisões, fase conhecida como anomia. Com a devida contribuição para seu desenvolvimento, a criança atinge a heteronomia, em que começa a internalizar as regras determinadas pelos adultos. Quando consegue se relacionar com tais normas, criar acordos e cooperação afetiva entre outros indivíduos e seus pensamentos, o jovem alcançou seu estado de autonomia. É essencial que esta última condição seja estimulada pelos pais, professores, familiares e instituição escolar, já que é por meio dela que é produzida uma atitude mais responsável, ativa e criativa do sujeito com a comunidade em que está inserido.

De acordo com Paro (2011), é importante pensar a autonomia dos estudantes como uma forma de expressão democrática. O autor afirma que o estudante é um indivíduo que apenas recebe informações e obedece ao que é imposto, sendo complexa a questão de sua liberdade, devendo a autonomia ser desenvolvida pelo próprio sujeito, implicando um remanejamento no processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, buscamos apresentar nossa vivência e contribuição no desenvolvimento do protagonismo dos estudantes envolvidos em um grêmio estudantil. Trata-se, portanto, de um relato de experiência.

### **Pequenos passos até a concretização do grêmio estudantil: recuperando os trabalhos iniciais**

Segundo Silva e Luz (2008), o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola apresenta-se como referência para expressão da participação de todos que integram a

comunidade escolar, sendo entendida sua função a partir da sua espécie política. É a partir dele que a escola pode promover um ambiente para se tornarem efetivas as práticas positivas, visando à formação de um sujeito crítico e participativo. Segundo o autor, assim é possível desenvolver a criticidade necessária para reflexão de questões sociais, a fim de propor transformações políticas. Então, a compreensão do funcionamento geral do ambiente é necessária para que o PPP não seja apenas um documento com idealizações, mas um instrumento de mudanças para tornar a sociedade mais crítica e solidária.

Nossa vivência foi promovida pelo estágio supervisionado em Psicologia Escolar, do quinto e último ano do curso de graduação em Psicologia. A escola na qual realizamos as atividades era pública, situada na periferia de uma cidade do Estado do Paraná, de modalidades de Ensinos Fundamental e Médio. A demanda da instituição estava relacionada ao grêmio estudantil.

O processo de implantação do grêmio nesta escola teve início em 2014 por estagiários antecessores, consolidando a parceria entre a instituição e o curso de Psicologia da universidade. Naquele ano, os estagiários atentaram-se, principalmente, aos funcionários, professores e diretores, apresentando a necessidade do estabelecimento de um grêmio estudantil naquela instituição, que era também uma solicitação da direção da escola, buscando atender ao disposto no documento citado de janeiro de 1995. Simultaneamente, foram realizadas atividades com os estudantes visando informar e esclarecer a importância do grêmio, bem como a possibilidade de sua implementação. Os estagiários identificaram e ressaltaram a importância da organização na promoção de mediação entre professores, funcionários, estudantes e pais.

Em 2015, novos estagiários deram continuidade ao trabalho, direcionando a atuação aos estudantes, objetivando a concretização do grêmio. Ao final do ano, após várias atividades de sensibilização da importância de uma reunião com os interessados em compor o grêmio, as chapas foram formadas e foi realizada a votação, com a participação de todos os estudantes da escola. Eleita a chapa vencedora, todas as medidas burocráticas para oficializar o órgão foram tomadas, como elaboração do estatuto.

O nome da chapa vencedora foi adotado pela agremiação até meados de 2016, quando houve a mudança para o nome da escola. Assim, o título do grêmio deveria ser homônimo ao da instituição escolar. Essa alteração aconteceu por solicitação da escola, ao enviar o documento à Secretaria Estadual de Educação. Já observamos nessa atitude o quanto as autoridades utilizavam-se da hierarquia do poder para interferir nas escolhas e diminuir a autonomia do grupo, sem que os próprios integrantes fossem convidados a debater os decretos. Por estar no documento, foi imposto esse nome e, posteriormente, os estudantes foram avisados dessa resolução, ficando estes sem espaço de fala e de decisão.

Percebemos que os estudantes estavam muito habituados com as relações que tinham em sala de aula, onde o professor manda e o aluno, sem luz, “discípulo” executa. Sentimos que tal situação também nos foi imposta, para que propuséssemos ações, quando, na verdade, estávamos no local para auxiliar e mediar as propostas dos estudantes. Parecia muito difícil, para eles, encarar a liberdade e a autonomia em um espaço onde ações sempre lhes foram roubadas ou estabelecidas em um nível abaixo das decisões dos indivíduos de maior cargo e maior hierarquia da instituição.

Esse fato aconteceu quando o grêmio já estava instituído. Assim, nesse processo, foram trabalhadas ações que estimulassem a autonomia e o exercício do protagonismo dos estudantes.

### **O protagonismo estudantil: o que se pode fazer?**

Não há modelo exato de como promover, auxiliar ou manter o protagonismo estudantil. Para construção dele, faz-se necessário considerar diversos fatores, como a realidade escolar enquanto instituição; o contexto socioeconômico no qual os estudantes fazem parte; a relação de professores e estudantes, estudantes e estudantes, professores e professores; e o envolvimento dos pais, da comunidade e da escola, fundamentais para a construção deste papel no cenário sociopolítico. De acordo com Costa (2000), o protagonismo dos jovens conceitua a conduta do indivíduo em um grupo.

Na escola, é o grêmio estudantil que permite exercitar e estimular o protagonismo dos jovens, mas nem sempre é favorável aos interesses dos estudantes, devido às pressões institucionais envolvidas (ZIBAS; FERRETI; TARTUCE, 2006). No

entanto, este é um espaço de direito desses sujeitos e uma possibilidade efetiva de dar espaço ao jovem. Em nossa prática, a principal atuação era auxiliar na implementação efetiva do grêmio que já existia. A demanda da instituição era a existência do grêmio como cumprimento de exigências da Secretaria de Educação do Estado. De outro lado, os estudantes queriam mostrar para seus colegas e comunidade externa que tinham capacidade de organização, desenvolvimento de atividades sociais e políticas e participação nos contextos acadêmicos.

Encontrávamo-nos uma vez por semana com o grupo de alunos e/ou coordenação. Os primeiros encontros serviram para conhecer a realidade na qual o grêmio estava envolvido, levantar questões e observar o clima organizacional. A maior parte da comunidade escolar era composta por pessoas de classe econômica baixa, estudantes cumprindo medida socioeducativa e adolescentes que engravidaram e tiveram que se afastar dos estudos. Relatos sobre a existência de pontos de tráfico de drogas ilícitas nas imediações da escola e vários casos de vulnerabilidade social eram recorrentes. A coordenação estava engajada por motivos institucionais em manter a existência do grêmio escolar, porém observamos e nos foi comunicado pelos estudantes que vários professores não estavam envolvidos e alguns não aprovavam a ideia da organização. Segundo o relato de alguns professores, os estudantes justificariam sua liberação ou ausência das atividades em classe em razão das atividades do grêmio e realizariam ações consideradas inadequadas pelos profissionais. Assim, dificultavam ou até impediam a saída dos participantes de suas aulas.

Com isso, os encontros que eram semanais, passaram a ser quinzenais, segundo alegação da equipe pedagógica de que eram muitos estudantes saindo de aulas importantes, notas diminuindo e as atividades acadêmicas sendo trocadas pelas iniciativas do grêmio. Pode-se perceber, nesse exemplo, que o entendimento de uma tarefa escolar é única e exclusivamente transmitir conteúdo científico, para ser decorado e apresentado como prova de aprendizagem. Parece, assim, que parte dos professores encara o material ministrado apenas como meio unilateral de conhecimento, no qual a autoridade transmite para o aprendiz. Não parecia ser uma via de mão dupla, com trocas de informações e com preocupação de incentivar a formação de um indivíduo capaz de pensar, questionar a matéria com pragmatismo.

Sobre a relação da comunidade e familiares com a agremiação, inicialmente não tivemos muitas informações. As reuniões dos integrantes aconteciam no período de aula. Apesar de a maioria estudar no turno matutino, alguns membros estudavam no período noturno. Assim, notamos certas dificuldades quando tentavam se organizar em outros horários ou para reunir todos os membros do grupo, já que alguns trabalhavam, outros tinham que cuidar das suas casas e irmãos mais novos e alguns os pais não autorizavam.

A relação entre os estudantes membros do grêmio era boa, mas existiam alguns conflitos entre ideias, centralização das atividades e responsabilidades em alguns integrantes e até mesmo o não cumprimento das tarefas distribuídas. Aparentavam pouco conhecimento sobre o funcionamento de um grêmio, como seus direitos e deveres. Apresentavam muitas ideias interessantes e relevantes para serem realizadas, mas a organização não era suficiente para fazê-las acontecerem. Fato considerado compreensível, uma vez que o processo escolar que frequentaram até então não propiciou a construção de atitudes de liderança e autonomia. A vontade de fazer diferente, mostrar que poderiam ser protagonistas e dar voz a quem não era ouvido, buscando melhor qualidade de ensino e outras formas de construir cidadania, tornaram-se o motor do grupo que se esforçava para fazer acontecer.

Sabendo que todos estes fatores se relacionavam, começamos a analisar como essas relações aconteciam. Foi necessário e orientado compreender melhor o que era e como funcionava um grêmio estudantil, tanto para entender os caminhos para sua manutenção quanto para a orientação de seus membros que demonstravam pouco conhecimento formal sobre a organização. A estratégia adotada nesta questão com os integrantes foi de que buscassem as informações e as trouxessem nos encontros seguintes, já que nosso objetivo não era a reprodução de conhecimentos, mas facilitar um olhar curioso e crítico. Este manejo foi adotado para que auxiliasse no desenvolvimento da busca de informações. Nas reuniões, todos tinham muitas ideias, mas não era discutido como traçar um plano para torná-las reais. Neste sentido, pedimos para que eles escolhessem, unissem as ideias que seriam possíveis de serem executadas no período que eles planejavam e que levassem em consideração questões como espaço, tempo, auxílio financeiro, de onde conseguiriam verba ou ajuda e como dividiriam as



tarefas. Sempre tentando trabalhar com o que apresentavam, para não obstaculizar a autonomia, mas sim estimulá-la.

Para que o protagonismo possa advir são necessárias algumas condições, até mesmo para minimizar conflitos. Algumas questões burocráticas eram necessárias e somente realizáveis por professores ou alguém da coordenação. Assim, para promover o diálogo entre os estudantes e a equipe pedagógica, orientávamos para que os estudantes conversassem com os responsáveis para verificar se as atividades já haviam sido realizadas.

O protagonismo de jovens é contexto para construção de sua identidade, autoestima, autoconfiança, visando autonomia, sendo necessária cooperação, respeito mútuo, com sua participação criativa, construtiva e solidária. De acordo com Silva e Luz (2008), é uma possibilidade de desenvolver a cidadania dos jovens, além de adquirir uma função de formar o sujeito, em relação à identidade, à autoestima e ao autoconceito, características essenciais para a formação da identidade e de autonomia do indivíduo. A atuação dos jovens é entendida a partir de sua formação e conhecimento, a fim de se desenvolver um cidadão ético e responsável.

Uma das formas de desenvolver autoconfiança é expor a pessoa a contextos que têm grandes chances de produzir aquilo que se almeja, ou pelo menos uma parte. Assim, incentivávamos as iniciativas do grupo, acompanhando a construção e execução das mesmas. Caso tivessem problemas ou dificuldades em alguma parte do processo, oferecíamos suporte. Dessa forma, conseguiram realizar eventos como uma festa junina, um campeonato de futsal e um concurso de talentos.

Importante ressaltar o progresso do grupo que, a cada atividade, precisava menos de nosso acompanhamento, demonstrando o desenvolvimento rumo a atitudes autônomas. Isso fica mais visível quando olhamos para o cenário político do ano de 2016: o impeachment da então presidente Dilma Rousseff e sua substituição por Michel Temer, que tomou medidas criticadas por uma parcela da população, como a sugestão da PEC 241, que congelaria investimentos públicos na educação. Toda essa agitação na esfera nacional acarretou em diversos movimentos sociais e, mais uma vez, o protagonismo juvenil foi evidente. Trabalhamos o paralelo entre o início de se fazer política na escola e se fazer política fora dela: levantar questões, propor alternativas, pensar em soluções e acompanhar o meio em que estamos inseridos.

Neste período, escolas e universidades estaduais e federais passaram por greves, fato que reduziu o número de encontros que havíamos planejado. Elas aconteceram por se oporem às medidas anunciadas pelo então presidente da República, que defendia a PEC 241 para superar a crise econômica a qual o Brasil enfrentava. Com isso, haveria mudanças no âmbito escolar: uma reforma no Ensino Médio alteraria a distribuição do conteúdo das disciplinas tradicionais, priorizando o ensino técnico. O ponto polêmico dessa medida provisória é que no texto, as matérias de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia deixariam de ser obrigatórias. No que tangia ao governo estadual, as universidades e escolas estariam recebendo pouco repasse financeiro. O protesto era contra a suspensão de reajuste dos salários de professores, conforme a inflação, previsto para o início de 2017. Havia também atraso no pagamento de promoções e progressões, salários dos funcionários.

Neste cenário, os grêmios de diversas escolas do país realizaram ocupações, em protesto. Na escola em questão, não foi diferente: uma oportunidade peculiar para os jovens mostrarem todas as conquistas adquiridas durante o período das discussões. A iniciativa de organização partiu dos próprios estudantes, liderados pelos representantes do grêmio.

O refeitório extravasou sua função e serviu também para desenvolvimento de atividades e dormitório. Os estudantes se organizaram em períodos, fizeram um quadro com tarefas, responsabilidades e obrigações de cada um, sempre com revezamento e horários para café da manhã, almoço e jantar. Quando havia algum conflito, conversavam e resolviam pacificamente. Nesta mobilização, promoveram diversas oficinas: sexualidade, orientação profissional, percussão, campeonato de pingue-pongue, defesa pessoal e arteterapia, além de aulas para o vestibular e sobre política. Tinham a preocupação de manter tudo organizado e limpo: alimentação, entrada e saída de pessoas e a escala dos deveres dos ocupantes que se revezavam. Inicialmente pais, comunidade e alguns professores estavam colaborando, mas por estratégias do próprio governo apelando para os pais e fazendo pressão através da mídia e Judiciário, alguns alunos tiveram problemas, com os responsáveis não permitindo ou criticando a participação no movimento. Mesmo assim, continuaram o movimento de ocupação até ser decretada judicialmente que os estudantes saíssem da escola.

No caso em específico, a escola apoiou e ofereceu estrutura para a ocupação e facilitou as atividades realizadas, como discussões sobre Proposta de Emenda Constitucional e Medida Provisória, que envolviam diretamente o Ensino Médio e a educação pública. Alguns professores ofereceram suporte como alimentos, outros com presença no local e outros ajudaram, porém não quiseram ser identificados.

Durante a ocupação, o período da noite foi mais problemático. Alguns carros passavam e jogavam garrafas de bebidas alcoólicas vazias e cápsulas [onde se armazenam drogas como cocaína]. Então, os alunos pediram ajuda para a comunidade. De acordo com o relato de uma estudante, “O colégio é rodeado por biqueiras [onde se vendem drogas]. Um dia, estavam na quadra e pedimos o favor de defenderem a escola. Um dos traficantes tem o filho estudando na escola e ficaria mais atento”.

Esse fato explica a situação em que se configura o bairro onde a escola se encontra. Segundo o diretor, como a instituição é recente, teve que se adaptar à comunidade e a quadra ficava aberta para o tráfico em horários opostos aos de aula e os indivíduos que ali circulam protegem a área. Percebe-se a inversão de valores que acaba por facilitar uma relação entre comunidade externa e interna, que diverge do princípio que a escola deveria manter, como o diálogo entre equipe pedagógica, alunos e responsáveis pelos menores de idade. Pode soar paradoxal, mas a adaptação ao local pode reduzir conflitos ao passo que há pouco diálogo entre aluno-escola.

Uma aluna relatou que mesmo se formando, não deixaria de apoiar os movimentos. Estava em contato com membros de universidades estaduais e federais para discutir possíveis movimentações e protestos. Sua fala desenha o principal das mobilizações: o protagonismo do jovem frente à sociedade e à política. Assim, apresentam-se como seres sociais, pensantes e críticos, que promovem discussões e ações que caminham a mudanças.

Estes eventos foram importantes para observar a independência relativa do grêmio e a colaboração da coordenação e dos professores. Pudemos perceber o quanto que as atividades realizadas com os membros da agremiação refletiram nestes momentos de protestos.

Ao retomarem o cotidiano regular das aulas, o grêmio tinha agora como tarefa: realizar a substituição dos membros que estavam se formando com uma nova eleição. O processo eleitoral, que anteriormente fora encabeçado pelo grupo gestor da escola, neste

momento, foi a equipe gremista em atuação que o desencadeou. Formaram as chapas e organizaram os locais de votação, comunicando as decisões à coordenação. A chapa mais votada foi eleita e a transição dos novos membros ao grêmio foi de inteira responsabilidade dos participantes antigos. Todo processo transcorreu sem sobressaltos e obteve os êxitos esperados.

Um dos objetivos dos integrantes era o de promover debates sobre etnias, sexualidade e diferenças sociais para, principalmente, levantar discussões e diminuir preconceitos e discriminações vivenciados pelos estudantes. Para isso, eram necessários reuniões e encontros entre si e com os estagiários.

Nessa via, a Semana Pedagógica é um evento que ocorre semestralmente em todas as instituições de ensino no Estado, devendo participar dele todos os professores e gestores das escolas. Fomos convidados a apresentar aos integrantes da comunidade escolar o trabalho que vínhamos realizando e a importância do movimento gremista. Apesar de ser de extrema necessidade para a construção política, alguns professores se mostraram resistentes às saídas dos estudantes, defendendo que muitos saíam para matar aula e outros não tiravam notas satisfatórias em consequência da participação nas reuniões do Grêmio. Um professor afirmou que a sala é dividida em classificações de “alunos bons” e “alunos ruins”. O significado de “bom” ou “ruim” não ficou claro e talvez seja impossível de mensurar, pois caso se acredite nisso, estaríamos impondo fronteiras no ensino e na vida social deles, o que pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, estaria em desacordo. Além disso, o exemplo da fala do professor denota a verticalização do ensino, em que alunos “bons” são valorizados e superestimados pelos professores, e os alunos “ruins” são deixados de lado.

Cria-se, então, na própria sala de aula, uma hierarquia composta pelos estudantes e fortalecida e mantida pelos professores. Uma sala de aula dividida e dicotomizada prejudica a construção da autonomia dos estudantes, quando deveria haver o estímulo positivo pelos pais e professores como forma de expressão democrática. Isso aponta que apenas alunos “bons” teriam acesso a certa autonomia, enquanto que os alunos “ruins” não seriam merecedores desta. Percebe-se, então, o advento de uma meritocracia velada pelos professores.

Em outro momento, quando já havia se passado a Semana Pedagógica, aconteceu o primeiro evento organizado pelo grêmio: a primeira festa junina da escola. Foram realizadas reuniões com integrantes, equipe pedagógica e estagiários de Psicologia. Inicialmente havia um acordo que o grêmio venderia os cachorros-quentes objetivando arrecadação de dinheiro. Mas por imposição, a escola deliberou que iria oferecer gratuitamente os lanches, pois pensando na situação social e econômica da comunidade, poderia haver alguns participantes que não teriam dinheiro para comprar doces e salgados típicos. A proposta foi aceita, mas no dia do evento, percebemos que não havia a comida, sem qualquer aviso prévio. A escola, então, passa a ser desautorizada por ela mesma, pois a instituição que cobra regra, determina sua quebra. Assim, para que um estudante precisa seguir uma especificação sendo que a instituição que a impõe é falha?

Outro objetivo do grêmio era de representantes poderem frequentar o pré-conselho de classe, o que foi totalmente barrado pela equipe pedagógica com a resposta de que é o momento de se discutir sobre a situação de cada aluno e não seria viável a permanência deles. Então, a pergunta é: se é um encontro com essa pauta, qual o problema de um estudante estar presente como ouvinte e como porta voz das suas questões e sentimentos? Este é um direito dos Grêmios Estudantis nas escolas, em que há uma disposição do citado documento de janeiro de 1995, que regulariza a existência de um representante-discente nos conselhos de classe da escola. Isso demonstra que a escola pretendia a formalização de um grêmio estudantil, mas não se responsabilizou pela manutenção dos direitos que essa instituição requisita. Quando há uma mudança na dinâmica dos processos escolares, em que professores e instituição escolar sentem-se ameaçados, os direitos em pauta não saem do papel para a prática.

### **O bom aluno**

O ambiente escolar é rodeado de aspirações e contradições. Aspirações porque, teoricamente, é um local de formação de jovens e isso inclui torná-lo um ser crítico e pensante, capaz de articular conteúdos teóricos com sua vida social e política.

Aspirações em relação, também, aos benefícios e mudança de vida que um diploma pode trazer. No Projeto Político Pedagógico da escola, ressaltam-se sua importância e responsabilidade pela socialização, respeitando a situação crítica, histórica e democrática para reduzir a seletividade social por meio de acesso e permanência de todos os estudantes. A escola é o segundo contato social da criança, sucedendo ao familiar. Segundo Silva e Luz (2008), a família e a escola se interagem na importância da identificação do indivíduo como um sujeito social no mundo.

Por esses motivos, talvez a educação devesse ser mais valorizada por todos os responsáveis, mesmo que se observem as contradições maiores que os seus objetivos. Muito se discute sobre a proteção da criança e do adolescente, considerando suas mudanças físicas, psicológicas e comportamentais, mas podemos questionar a contemplação dessa prática por meio de ações concretas e políticas públicas eficientes. A importância dada ao “bom comportamento” e às notas frente ao indivíduo como um ser em transformação e politização acaba por fazer da escola uma instituição de modelagem de sujeitos, que respeitem regras para tirar notas “boas”.

O “bom comportamento”, assim como uma “boa nota”, são demais subjetivos e individuais, mas reservam peculiaridades que parecem ser compartilhadas. Podemos observar discursos de liberdade e construção de ensino baseados na troca de experiências entre professor-aluno, mas que não se concretizavam no cotidiano escolar. Por vez, presenciemos atitudes autoritárias e impositivas pelo corpo gestor da escola.

Corroboram-se, então, um hiato capaz de aumentar as desigualdades dentro do próprio ambiente escolar, pautado em comportamentos e números. Ainda se espera que o “bom aluno” se comporte, que se comportar seja sinônimo de obedecer, obedecer como sinônimo de respeito e respeito como sinônimo de concordância. Se considerarmos tais relações, o “mau aluno” que desobedece não teria ocupado as escolas, pois se vê nesta atitude uma oposição às regras escolares e do governo.

Tal protagonismo reflete uma desobediência às ordens, como o “mau aluno” que não digere o que é imposto. O contraste é consolidado pela antítese entre ser contrário às especificações e não ser um “bom aluno”. Continuamos com a questão: o que é ser um bom aluno e um mau aluno? Como mensuramos? Como definirmos milhares de escolas ocupadas em um estado em defesa da educação? A resposta não temos, pois uma cidadania se constrói, com permissão do pleonasma, por cidadãos, que partem de

um desenvolvimento social, que demanda atenção e dedicação por parte de governantes, família e escola. Ou seja, pela própria sociedade que a recebe e educa.

### **Considerações finais**

Ao convivemos e observarmos as relações dentro dos espaços escolares, naquele que, teoricamente, seria o espaço para conscientização, aperfeiçoamento e politização, notamos o quanto os jovens são constantemente barrados em suas aspirações, seja por professores, diretores ou equipe pedagógica. Aqueles que se propõem a educar acabam por ferir o pouco de autonomia que os estudantes esboçam. Aqueles que se colocam a dirigir, guiar e cuidar atravessam o que seria o princípio de independência dos adolescentes, que muitas vezes, acabam por ver suas garantias ao vento.

A nós coube escutar, mediar e intervir, quando possível. Mas ainda há muito a ser feito. É uma questão de compromisso com a construção de um futuro mais digno, de investimento em seres humanos que não fiquem à mercê de mandos e desmandos.

Percebe-se muita resistência por parte de instituições escolares à presença de um psicólogo. O Estado parece não garantir esse profissional no seu quadro funcional e, quando estagiários se inserem na escola, obstáculos são apresentados para uma atuação mais eficiente. Posto que seu trabalho seja o de observar, analisar e, assim, propor estratégias que às vezes estão em contraste com a forma que a escola engendra suas práticas, soam radicais para a equipe pedagógica e, portanto, vistas com ressalvas e intrometimento em questões que são próprias da gestão.

Entendemos, assim, que o psicólogo deve ser ativo enquanto profissional e indivíduo sócio-político, realizando, junto a educadores, diretores, pais e estudantes, um trabalho transformador, que contribua para que a produção de cidadania, politização e conscientização não fique apenas no papel.

Em tempos de crise, há de se clamar por mudanças. E é justamente nos espaços de aprendizado que, aquilo que é transformador, encontra seus principais expoentes: os jovens. A ação deles demonstra a sua iniciativa individual não somente em pertencer a um grupo, característica muito observada nessa faixa-etária, mas também pela busca de

se estabelecer uma sociedade legítima, com decisão consciente. A construção da sua identidade passa a ser pautada no livre exercício de sua democracia.

Por isso, é de fundamental importância que o ambiente escolar seja facilitador do processo de amadurecimento social e político de seus alunos. Só assim o adolescente pode desenvolver sua autonomia, inserir-se moralmente numa sociedade e ter ferramentas para alterá-la, já que se encontra em uma coletividade marcada por corrupção e repressões. A vivência da cidadania deve ser também estimulada, pois é assim que o processo formará um ser capaz de responder pelos seus atos e fortalecer seus deveres, assumindo responsabilidades e, assim, possibilitando seus direitos, ampliando o protagonismo escolar na vida pessoal e em comunidade.

## Referências

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319>>. Acesso em 16 ago 2017.

BRASIL. **Lei n. 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias, 1985. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7398.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm)> Acesso em 15 ago 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional da Juventude - SINAJUVE. Portal da Legislação: Leis Ordinárias, 2013. Disponível em: <[http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio\\_estudantil/estatuto\\_juventude-versao\\_final.pdf](http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/estatuto_juventude-versao_final.pdf)>. Acesso em 15 agosto 2017.

COSTA, A.C.G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

FREITAS, L. B. L. Piaget e a consciência moral: um kantismo evolutivo? **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre. v. 15, n. 2, 2002.

GOHN, M. D. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, 2011, p. 333-361. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>> Acesso em 15 ago 2017



OLIVEIRA, S. D. P.; MARINHO, M. G. S. M. C. (2012) – Diretas Já, um movimento social híbrido. **Revista Debates**, v. 6, n. 3, set/dez 2012. Disponível em: <<<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/31344>>. Acesso em: 09 mar 2016.

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 25, n. 2, 2009.

PARANÁ. **Lei Estadual n.º 11.057/1995**. Assegura, nos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus, públicos ou privados, no Estado de Paraná, a livre organização de Grêmios Estudantis. Disponível em: <[http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio\\_estudantil/lei\\_estadual\\_11.pdf](http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/lei_estadual_11.pdf)>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

PARANÁ, Portal Educacional do Estado do. Dia-a-dia Educação. 2010. **Instâncias colegiadas – Grêmio Estudantil**, 2017 Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>> Acesso em 15 ago 2017.

PARANÁ, Portal Educacional do Estado do. Dia-a-dia Educação. 2012. **Manual - Grêmio Estudantil**, 2012 Disponível em: <[http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio\\_estudantil/manualgremiportal.pdf](http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/manualgremiportal.pdf)> Acesso em 08 nov 2018.

PARO, V. H. Autonomia do educando na escola fundamental: um tema negligenciado. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 197-213, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n41/13.pdf>> Acesso em 16 ago 2017.

QUINTÃO, Thales Torres. Os media e a construção dos Caras Pintadas. **Revista Anagrama**, vol. 3, n. 4, 2010.

SILVA, T. G.; LUZ, A. A. Protagonismo juvenil na escola: limitações e possibilidades enquanto prática pedagógica na disciplina de biologia. **Relatório técnico**, 2008, p.173-205. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1362-8.pdf>>. Acesso em 24 jan 2017.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **História da UNE**, 2017. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em 15 ago 2017.

ZAIDAN FILHO, M. **Juventude, cidadania e globalização: notas para uma agenda político-pedagógica**. Livro: Juventude e Movimento Estudantil: Ontem e Hoje, Orgs: Luís Antonio Groppo, Michael Zaidan Filho, Otávio Luiz Machado. V. 1, Recife: ed. Universitária da UFPE, 2008.

ZIBAS, D.M. L.; FERRETI, C. J.; TARTUCE, G. L. B. P.. Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. **Caderno de Pesquisa**, v.36, n127, p.55-85, jan./abr. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0436127.pdf>>. Acesso em 15 ago 2017.

**Recebido: 20/5/2019. Aceito: 18/11/2019.**

**Sobre autores e contato:**

**Felipe de Souza Barbeiro** - Psicólogo graduado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com área de concentração em Avaliação Psicológica e Processos Clínicos. Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 1361, apto. 1102. CEP: 86020-000. Telefone: (43) 99874-4920.

**E-mail:** felipebarbeiro@hotmail.com

**Isadora Nicastro Salvador** -Psicóloga graduada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com área de concentração em Avaliação Psicológica e Processos Clínicos. Pós-graduanda na Especialização Teoria da Psicanálise - Curso Fundamental de Freud a Lacan. Endereço: Rua Delaine Negro, 55, apartamento 108, bloco Rui Barbosa. Alto da Colina. CEP: 86055-680. Telefone: (43) 99971-7717

**E-mail:** isadoranicastro94@gmail.com

**Solange Maria Beggiano Mezzaroba** - Doutora em Educação pela UNESP-Marília. Mestre em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Psicóloga graduada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Endereço: Rua Pio XII, 585. CEP: 86020-380. Telefone: (43) 99914-0332.

**E-mail:** solmezza@uel.br